

ENTRE A PREVENÇÃO E A PROTEÇÃO: ANÁLISE DE ESTUDOS E PROGRAMAS QUE ARTICULAM SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO

Robson Gouvea Santos¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: O presente artigo analisa estudos e programas que articulam segurança pública e educação, situando-os no campo das políticas de prevenção e proteção frente à violência no contexto escolar. A violência nas escolas é compreendida como fenômeno complexo, associado a fatores sociais, institucionais e relacionais, o que tem impulsionado a formulação de políticas públicas integradas entre os setores educacional e de segurança. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise crítica da produção acadêmica e de experiências nacionais e internacionais voltadas à prevenção da violência escolar. Os resultados indicam que iniciativas baseadas predominantemente em estratégias de vigilância e controle apresentam impactos restritos e pouco duradouros. Em contrapartida, programas que priorizam ações educativas, desenvolvimento de competências socioemocionais, participação da comunidade escolar e processos avaliativos contínuos demonstram maior potencial preventivo. A análise também evidencia fragilidades recorrentes nos processos de avaliação dessas políticas, o que compromete a mensuração de resultados e a aprendizagem institucional. Conclui-se que a integração entre segurança pública e educação apresenta maior efetividade quando fundamentada em abordagens pedagógicas, articulação intersetorial e reconhecimento da escola como espaço central de formação cidadã, contribuindo para a qualificação das políticas públicas de enfrentamento da violência escolar.

1

Palavras-chave: Violência escolar. Políticas públicas. Prevenção. Educação.

ABSTRACT: This article analyzes studies and programs that articulate public security and education, situating them within the field of prevention and protection policies in response to violence in the school context. School violence is understood as a complex phenomenon associated with social, institutional, and relational factors, which has encouraged the development of integrated public policies between the education and security sectors. The study adopts a qualitative approach, based on bibliographic and documentary research, grounded in a critical analysis of academic literature and national and international experiences focused on the prevention of school violence. The results indicate that initiatives predominantly based on surveillance and control strategies tend to produce limited and unsustainable impacts. In contrast, programs that prioritize educational actions, the development of socio-emotional skills, the participation of the school community, and continuous evaluation processes demonstrate greater preventive potential. The analysis also reveals recurring weaknesses in the evaluation of these policies, which hinders the measurement of results and institutional learning. It is concluded that the integration between public security and education is more effective when grounded in pedagogical approaches, intersectoral coordination, and the recognition of the school as a central space for citizenship education, contributing to the improvement of public policies aimed at reducing school violence.

Keywords: School violence. Public policies. Prevention. Education.

¹ Mestrando do Curso de Ciências da Educação da Faculdade Christian Business School -CBS.

²Coautora/Orientadora do Curso de Ciências da Educação da Faculdade Christian Business School - PhD. Doutora em Ciências da educação, professora orientadora da Christian Business School -CBS.

I. INTRODUÇÃO

A violência no contexto escolar configura-se, nas últimas décadas, como um fenômeno recorrente e multifacetado, que afeta diretamente o processo educativo, as relações interpessoais e a permanência de crianças e jovens na escola. Situações de conflitos, agressões físicas e simbólicas, uso de substâncias psicoativas e insegurança no ambiente escolar têm provocado respostas institucionais diversas, mobilizando tanto o campo educacional quanto o da segurança pública.

Nesse cenário, a articulação entre essas duas áreas passou a ocupar lugar central nas políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência e à promoção de ambientes escolares mais seguros.

Historicamente, as primeiras respostas estatais à violência escolar estiveram fortemente associadas a estratégias de controle, vigilância e punição, inspiradas em uma lógica repressiva de segurança pública. No entanto, com o avanço das pesquisas no campo das ciências sociais e da educação, passou-se a reconhecer que a violência escolar não pode ser compreendida de forma isolada, mas como expressão de desigualdades sociais, fragilidades institucionais e relações sociais marcadas por conflitos. Abramovay (2015) contribui para esse entendimento ao destacar que a escola, ao mesmo tempo em que pode reproduzir tensões sociais, também se constitui como espaço estratégico de prevenção, mediação de conflitos e promoção de direitos.

O estado da arte sobre o tema evidencia um deslocamento progressivo das abordagens centradas exclusivamente na repressão para perspectivas que valorizam ações preventivas, educativas e intersetoriais. Estudos apontam que programas desenvolvidos no ambiente escolar tendem a apresentar maior potencial de impacto quando articulados a políticas educacionais inclusivas, capazes de fortalecer vínculos comunitários, promover a convivência democrática e ampliar as oportunidades de desenvolvimento juvenil. Njaine e Minayo (2003) reforçam essa compreensão ao indicar que a violência escolar deve ser analisada a partir das relações cotidianas, das práticas institucionais e do clima escolar, o que exige respostas que extrapolem medidas disciplinares imediatistas.

Nesse contexto, a integração entre segurança pública e educação emerge como um campo de disputas conceituais e operacionais, situado entre as noções de prevenção e proteção. A prevenção refere-se a ações estruturantes e contínuas, voltadas à redução de fatores de risco e ao fortalecimento de trajetórias sociais positivas. Já a proteção está associada a respostas institucionais diante de situações de violência já instaladas, frequentemente materializadas por

meio da presença de agentes de segurança no espaço escolar. A coexistência dessas abordagens tem gerado debates relevantes acerca de seus efeitos, limites e implicações pedagógicas.

No campo das políticas públicas, observa-se um crescimento expressivo de programas que buscam integrar segurança pública e educação. Contudo, a literatura aponta que muitos desses programas carecem de avaliações sistemáticas capazes de mensurar seus resultados e impactos.

Sobre isso, Lopes e Rossato (2023) destacam que, no Brasil, ainda são escassas as avaliações de impacto de iniciativas de prevenção da violência escolar, o que dificulta a identificação de estratégias efetivas e a consolidação de políticas baseadas em evidências. Essa lacuna avaliativa compromete a aprendizagem institucional e limita o aprimoramento das ações implementadas.

Diante desse cenário, a relevância deste estudo reside na necessidade de analisar criticamente estudos e programas que articulam segurança pública e educação, considerando não apenas seus resultados declarados, mas também seus fundamentos conceituais, metodológicos e avaliativos. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribui para o aprofundamento do debate sobre políticas públicas de prevenção da violência, ao dialogar com diferentes abordagens teóricas e experiências práticas. Sob a perspectiva social, o trabalho oferece subsídios para a reflexão sobre estratégias mais eficazes na construção de ambientes escolares seguros, democráticos e comprometidos com a promoção de direitos.

3

Parte-se da hipótese de que programas fundamentados em abordagens educativas, participativas e avaliativas apresentam maior efetividade na prevenção da violência escolar quando comparados a iniciativas centradas predominantemente na vigilância, no controle e em respostas repressivas de curto prazo.

Supõe-se, ainda, que a integração entre segurança pública e educação só se consolida de forma sustentável quando reconhece a complexidade do fenômeno da violência e a centralidade da escola como espaço de formação cidadã. Nessa perspectiva, ao analisar estudos e programas sob esse enfoque, o presente artigo busca contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e para o fortalecimento de práticas preventivas no contexto educacional.

2. METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e analítico-descritiva, com o objetivo de analisar programas e políticas públicas que articulam segurança

pública e educação, enfatizando seus fundamentos, formas de implementação e processos avaliativos. A opção por essa abordagem justifica-se pela complexidade do fenômeno investigado, que envolve dimensões sociais, institucionais, pedagógicas e políticas, demandando análise interpretativa e contextualizada.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos e teses produzidos por pesquisadores e órgãos nacionais atuantes nas áreas de educação, segurança pública e avaliação de políticas públicas. Foram priorizadas produções publicadas entre 2005 e 2026, garantindo atualidade e relevância ao debate teórico.

A seleção do material ocorreu a partir de buscas realizadas em bases de dados e repositórios acadêmicos, tais como SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, utilizando descritores relacionados à violência escolar, políticas de prevenção, segurança pública, educação e avaliação de programas. O critério de inclusão considerou a pertinência temática, a consistência metodológica e a contribuição analítica das obras selecionadas.

Para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016), permitindo a identificação de categorias analíticas relacionadas à integração intersetorial, às estratégias preventivas, aos resultados observados e aos desafios operacionais dos programas analisados. O processo analítico envolveu leitura exploratória, leitura analítica e interpretação crítica dos textos, possibilitando a construção de inferências e articulações teóricas.

A organização da análise seguiu uma lógica progressiva, articulando fundamentos conceituais, experiências nacionais e internacionais e discussões avaliativas, assegurando coerência entre os objetivos do estudo, o referencial teórico e os resultados apresentados.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 ABORDAGENS DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO: MÉTODOS, INDICADORES E CRITÉRIOS ANALÍTICOS

A intensificação da violência em contextos escolares tem impulsionado a formulação de políticas públicas que articulam segurança e educação, tornando a avaliação dessas iniciativas uma exigência central para a gestão pública contemporânea. Avaliar programas dessa natureza é fundamental para compreender não apenas seus resultados imediatos, mas também seus

impactos sociais, pedagógicos e institucionais, contribuindo para decisões baseadas em evidências e para o aprimoramento das ações implementadas.

De acordo com Spaniol, Moraes Júnior e Rodrigues (2020, p. 102),

Quando se trata da temática de prevenção ao crime e à violência, a participação popular e as opiniões de técnicos e especialistas na área sempre devem ou deveriam ser levadas em consideração, porém, no Brasil, isso não aconteceu em 1988, na inserção do dispositivo constitucional que trata da segurança pública. Desse modo, ocorreram apenas mudanças periféricas e permaneceram pontos até hoje criticados que deixam a sensação de que houve uma continuidade neste campo ou a não democratização necessária na segurança pública na elaboração do texto da Constituição Federal de 1988.

De fato, a formulação das políticas de segurança pública no Brasil historicamente desconsiderou a participação popular e as contribuições de técnicos e especialistas, especialmente no processo de elaboração do dispositivo constitucional de 1988. Essa ausência de debate democrático resultou em mudanças predominantemente periféricas, mantendo estruturas criticadas até os dias atuais e reforçando a percepção de continuidade e fragilidade no processo de democratização da segurança pública.

Nesse sentido, ao se considerar a persistência de modelos pouco participativos e a limitada renovação conceitual das políticas de segurança, torna-se ainda mais relevante analisar como essas iniciativas vêm sendo avaliadas no país. Isso porque, embora haja um crescimento expressivo dessas iniciativas no Brasil, a literatura aponta que seus efeitos ainda são pouco avaliados de forma sistemática. Lopes e Rossato (2023) destacam que, em comparação ao cenário internacional, as avaliações de impacto de programas de prevenção da violência escolar no país são escassas, o que limita a capacidade de identificar estratégias efetivas no ambiente educacional.

Essa lacuna avaliativa torna-se ainda mais relevante quando se considera que programas de segurança escolar frequentemente se apoiam em pressupostos normativos e expectativas sociais elevadas. Melo e Carvalho (2019) ressaltam que políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à formação e à atuação profissional, necessitam de processos avaliativos contínuos para evitar a reprodução de modelos pouco eficazes ou desconectados da realidade institucional. Nesse sentido, “os programas que envolvem a formação no âmbito da defesa social, precisam sofrer mudanças efetivas no Estado para atender as demandas da sociedade” (MELO; CARVALHO, 2019, p. 12).

Nesse contexto, o Programa Escola Segura, implementado no Paraná em 2019, exemplifica uma intervenção que associa diretamente segurança pública e educação. Conforme analisado por Lopes e Rossato (2023), o programa incorporou policiais militares da reserva ou

reformados às escolas estaduais, partindo da premissa de que sua presença contribuiria para a prevenção de delitos e para o fortalecimento do controle social no ambiente escolar.

Entretanto, a simples presença de agentes de segurança não garante, por si só, impactos positivos sobre a dinâmica escolar. Ao discutir a importância de avaliações fundamentadas, Oliveira, Valdanha Neto e Figueiredo (2024) defendem que práticas escolares devem ser analisadas a partir de indicadores capazes de captar dimensões mais amplas da vida escolar, como percepções, subjetividades e processos formativos, e não apenas ocorrências objetivas de violência.

Do ponto de vista metodológico, a avaliação do Programa Escola Segura recorreu ao método quase experimental de Diferenças em Diferenças, amplamente utilizado em estudos de impacto por possibilitar a comparação entre grupos expostos e não expostos à intervenção. Esse tipo de abordagem busca aproximar a análise avaliativa de uma lógica causal, ainda que em contextos sociais complexos (LOPES; ROSSATO, 2023).

Nessa perspectiva, a adoção de métodos evidencia a preocupação em avaliar de maneira sistemática os efeitos das intervenções implementadas. A avaliação de impacto constitui, portanto, um instrumento central para aferir a efetividade de programas de segurança pública, uma vez que todo programa implantado com recursos públicos precisa ser avaliado para verificar se alcança os objetivos que fundamentaram sua criação. “Uma avaliação de impacto verifica se a implementação do programa levou a uma redução da criminalidade nos territórios participantes (CASTRO, 2019, p. 11).” Assim, esse tipo de avaliação permite superar análises meramente descritivas, ao oferecer evidências empíricas capazes de orientar decisões institucionais, aprimorar políticas públicas e qualificar o uso dos recursos públicos.

Em relação ao programa Escola Segura, os resultados dessa avaliação, contudo, indicaram ausência de impactos significativos em variáveis como sensação de segurança, vitimização e percepção sobre consumo de drogas e pichações. Esses achados reforçam o argumento de Melo e Carvalho (2019) de que políticas públicas sem avaliação rigorosa tendem a manter-se mais por legitimidade simbólica do que por efetividade comprovada.

Em contraponto a modelos avaliativos centrados apenas em resultados imediatos, Oliveira, Valdanha Neto e Figueiredo (2024) propõem sistemas de indicadores voltados à aprendizagem para a resiliência socioecológica. Para os autores, a avaliação deve considerar o papel da escola na construção de conhecimentos e habilidades que fortaleçam comunidades, especialmente em contextos vulneráveis. Essa perspectiva amplia o entendimento de avaliação

ao incorporar pressupostos como participação dos usuários, fundamentação teórica consistente e uma concepção de prática escolar que engloba o cotidiano e a subjetividade dos sujeitos. Tal abordagem dialoga com a crítica de Lopes e Rossato (2023) à limitação de avaliações que desconsideram o contexto sociocultural das escolas.

Segundo Oliveira, Valdanha Neto e Figueiredo (2024), a validação dos indicadores é uma etapa imprescindível para garantir coerência conceitual, operacional e utilidade prática. Esse processo fortalece a avaliação como instrumento de gestão e planejamento, evitando interpretações reducionistas ou desconectadas da realidade escolar.

Essa lógica avaliativa também se estende às políticas de formação profissional em segurança pública. Melo e Carvalho (2019) argumentam que a educação corporativa deve ser analisada de forma dinâmica, considerando sua influência direta no desempenho dos profissionais e na articulação entre teoria e prática, sobretudo em contextos marcados por alta complexidade social.

No campo da prevenção ao uso de drogas, Oliveira *et al.* (2023) contribuem ao analisar o Programa Descolado, desenvolvido em Recife, como uma estratégia de prevenção universal no ambiente escolar. O programa evidencia a importância de avaliações que integrem educação, saúde e políticas sociais, superando abordagens exclusivamente repressivas.

7

Fundamentado na educação problematizadora de Paulo Freire e no modelo de Habilidades de Vida da Organização Mundial da Saúde, o Programa Descolado prioriza o desenvolvimento de competências socioemocionais e projetos de vida. Essa proposta reforça a necessidade de avaliações que considerem processos pedagógicos e formativos, aspecto também ressaltado por Melo e Carvalho (2019) ao discutir políticas educacionais voltadas à segurança pública.

Por fim, ao analisar as parcerias institucionais no enfrentamento da violência escolar, Oliveira, Dutra e Ludgero (2023) evidenciam a centralidade da Polícia Militar nas estratégias adotadas pelas escolas, em detrimento de outros órgãos, como o Conselho Tutelar. Essa assimetria revela fragilidades na articulação intersetorial e reforça a necessidade de avaliações que considerem não apenas resultados, mas também a qualidade das relações institucionais.

Dessa forma, a avaliação de programas que articulam segurança pública e educação assume papel estratégico na qualificação das políticas públicas. Ao integrar métodos, indicadores e critérios analíticos diversos, torna-se possível superar soluções simplistas,

fortalecer práticas educativas e promover ambientes escolares mais seguros, democráticos e socialmente comprometidos.

3.2 PROGRAMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE ARTICULAÇÃO ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO: EVIDÊNCIAS E RESULTADOS

A integração entre políticas de segurança pública e educação tem se consolidado, nos cenários internacional e nacional, como estratégia central para a prevenção da violência e da criminalidade, especialmente em contextos escolares marcados por vulnerabilidades sociais. A literatura destaca que ações preventivas no ambiente escolar apresentam maior impacto quando articuladas a políticas educacionais inclusivas, capazes de promover o desenvolvimento humano, fortalecer vínculos comunitários e favorecer trajetórias juvenis menos expostas a riscos (UNESCO, 2019; ABRAMOVAY, 2015).

No plano internacional, organismos multilaterais como a Organização Mundial da Saúde e a UNESCO defendem que a prevenção da violência deve ser compreendida como um processo educativo contínuo, que ultrapassa abordagens repressivas e se fundamenta na promoção de habilidades socioemocionais, no estímulo à participação comunitária e na criação de ambientes escolares seguros e acolhedores (WHO, 2014; UNESCO, 2019). Essas diretrizes orientaram a formulação de diversos programas implementados em países da Europa e da América do Norte.

Nos Estados Unidos, por exemplo, programas de prevenção baseados na escola, como o *Communities That Care*, têm sido amplamente avaliados e demonstram resultados positivos na redução de comportamentos de risco, no uso de substâncias psicoativas e na violência juvenil. Oesterle *et al.*, (2018) destacam que tais programas se mostram mais eficazes quando baseados em evidências científicas, monitoramento sistemático e participação ativa da comunidade escolar e das famílias.

De modo semelhante, avaliações conduzidas no Reino Unido e no Canadá indicam que iniciativas voltadas ao desenvolvimento de competências sociais, resolução pacífica de conflitos e fortalecimento do clima escolar produzem efeitos mais consistentes do que programas centrados exclusivamente na vigilância ou no controle disciplinar. Segundo os estudos da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – a integração entre educação, políticas sociais e segurança pública amplia a capacidade preventiva das intervenções e favorece sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Dessa forma, pode se inferir que essas experiências internacionais reforçam a ideia de que a escola ocupa um lugar estratégico na prevenção primária da violência, não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas como ambiente de socialização, construção de valores e fortalecimento da cidadania. Nessa perspectiva, a avaliação sistemática dos programas torna-se elemento indispensável para verificar sua efetividade e orientar ajustes necessários ao contexto local.

No Brasil, a integração entre segurança pública e educação passou a ganhar maior visibilidade a partir dos anos 2000, especialmente com a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). O programa representou uma tentativa de romper com a lógica estritamente repressiva, incorporando ações educativas, sociais e comunitárias como eixos estruturantes da política de segurança pública (CASTRO, 2019).

Segundo Castro (2019), o PRONASCI buscou articular políticas de prevenção social da violência, reconhecendo que fatores como desigualdade, exclusão educacional e ausência de oportunidades influenciam diretamente a dinâmica criminal. No entanto, apesar de seu caráter inovador, o programa enfrentou limitações relacionadas à continuidade das ações, à coordenação intersetorial e à ausência de avaliações sistemáticas de impacto, ou seja, se tiveram resultados satisfatórios.

9

Essa lacuna avaliativa é reiterada por Spaniol, Moraes Júnior e Rodrigues (2020), ao analisarem os planos e programas nacionais de segurança pública no período pós-redemocratização. Os autores apontam que, embora haja avanços no discurso e na ampliação de iniciativas preventivas, persistem fragilidades na democratização do processo decisório e na incorporação efetiva de evidências empíricas na formulação das políticas.

Já no âmbito escolar, programas como o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e o Programa Escola Segura expressam diferentes concepções de integração entre educação e segurança pública. Enquanto o PROERD se estrutura a partir de ações educativas conduzidas por policiais em parceria com a escola, o Programa Escola Segura aposta na presença permanente de agentes de segurança no cotidiano escolar.

Avaliações recentes indicam, contudo, que tais iniciativas apresentam resultados limitados no que se refere à redução de comportamentos de risco e à melhoria da percepção de segurança. Lopes e Rossato (2023), ao avaliarem o Programa Escola Segura no Paraná por meio de métodos quase experimentais, demonstram que a presença de policiais nas escolas não

produziu impactos significativos na sensação de segurança, na vitimização ou na percepção sobre consumo de drogas entre estudantes e professores.

Esses resultados dialogam com críticas apresentadas na literatura internacional, que alertam para os riscos de estratégias baseadas predominantemente na vigilância e no controle. Estudos do *Center for Justice Innovation* (2020) destacam que programas com esse perfil tendem a produzir efeitos simbólicos, mas pouco transformadores, especialmente quando não articulados a práticas pedagógicas e ações comunitárias.

Contudo, em contraste, experiências brasileiras mais recentes têm enfatizado abordagens pedagógicas críticas e participativas, como o Programa Descolado, desenvolvido no município de Recife. Avaliado por Oliveira *et al.* (2023), o programa se configura como uma estratégia de prevenção universal ao uso de álcool e outras drogas, fundamentada na educação problematizadora de Paulo Freire e no modelo de Habilidades de Vida da Organização Mundial da Saúde.

Os autores ressaltam que o foco no protagonismo juvenil, na construção de projetos de vida e no desenvolvimento de competências socioemocionais amplia o potencial preventivo das ações, aproximando-se das recomendações internacionais. Além disso, a realização de estudos de avaliabilidade contribui para qualificar o desenho do programa e orientar sua implementação de forma mais consistente (OLIVEIRA *et al.*, 2023).

10

Outro aspecto relevante diz respeito às parcerias institucionais estabelecidas no contexto escolar. Oliveira, Dutra e Ludgero (2023) demonstram que, embora a Polícia Militar seja frequentemente acionada como principal parceira das escolas, há fragilidades na articulação com outros órgãos, como o Conselho Tutelar. Essa assimetria evidencia desafios na construção de políticas intersetoriais efetivas e reforça a necessidade de avaliações que considerem a qualidade das relações institucionais.

Esse movimento decorre do reconhecimento de que a violência escolar é um fenômeno complexo e multidimensional, atravessado por fatores sociais, institucionais, culturais e subjetivos. Assim, programas integrados tendem a apresentar maior potencial preventivo quando incorporam ações pedagógicas, estratégias comunitárias e práticas intersetoriais consistentes (SOUZA; SOUZA, 2010).

No contexto brasileiro, estudos têm demonstrado que políticas de segurança pública baseadas apenas no policiamento escolar ou na vigilância permanente produzem resultados limitados e, em alguns casos, efeitos contraproducentes como visto no tópico anterior. Pesquisas

indicam que tais iniciativas, quando desvinculadas de ações educativas e de fortalecimento do clima escolar, tendem a gerar respostas imediatistas, sem impactos duradouros sobre as dinâmicas de convivência e violência nas escolas (NJAINÉ; MINAYO, 2003).

Diante desse cenário, diferentes programas passaram a incorporar a dimensão educativa como eixo estruturante das ações de prevenção. Experiências nacionais revelam que iniciativas voltadas à mediação de conflitos, à cultura de paz, ao protagonismo juvenil e ao desenvolvimento de competências socioemocionais contribuem de forma significativa para a construção de ambientes escolares mais seguros e inclusivos. Essas abordagens reconhecem a escola como espaço privilegiado de socialização e formação cidadã, superando a lógica do controle disciplinar e da punição (ABRAMOVAY, 2015).

A avaliação de programas integrados entre segurança pública e educação emerge, nesse contexto, como elemento estratégico para a gestão pública. Avaliar políticas dessa natureza permite não apenas verificar resultados, mas compreender os processos institucionais, os limites operacionais e as condições que favorecem ou restringem sua efetividade. A literatura brasileira destaca que a ausência de avaliações sistemáticas compromete a aprendizagem institucional e dificulta o aprimoramento contínuo das políticas implementadas (NJAINÉ; MINAYO, 2003).

Além disso, autores defendem que a avaliação deve considerar indicadores qualitativos e quantitativos capazes de captar dimensões como percepção de segurança, relações interpessoais, participação da comunidade escolar e fortalecimento dos vínculos sociais. Essa perspectiva amplia o conceito de eficácia, afastando-se de análises restritas à redução de registros policiais ou ocorrências administrativas, que não refletem, por si só, as transformações no cotidiano escolar (GOMES; OLIVEIRA, 2016).

Outro aspecto recorrente nas análises nacionais refere-se à articulação intersetorial. Estudos indicam que programas de integração entre segurança pública e educação enfrentam entraves significativos quando não há cooperação efetiva entre escolas, órgãos de segurança, assistência social, saúde e conselhos de proteção. A fragmentação institucional tende a enfraquecer os resultados das ações e a sobrecarregar a escola, que passa a assumir responsabilidades que extrapolam sua função pedagógica (SILVA; RIBEIRO; TEIXEIRA, 2020).

Nesse sentido, a literatura enfatiza que políticas integradas devem ser concebidas a partir de uma lógica de corresponsabilidade entre os diferentes setores envolvidos. A construção de fluxos de comunicação, a definição clara de papéis institucionais e a formação continuada dos

profissionais são apontadas como condições fundamentais para a sustentabilidade e a efetividade das ações preventivas (CARVALHO; BARROS, 2019).

No campo da prevenção ao uso de drogas e à violência juvenil, pesquisas nacionais indicam que programas fundamentados em abordagens educativas críticas e participativas apresentam maior aderência ao contexto escolar. Estratégias que promovem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, a reflexão sobre projetos de vida e o fortalecimento da autonomia juvenil tendem a produzir efeitos mais consistentes do que intervenções centradas exclusivamente na transmissão de informações ou na repressão (CARVALHO; BARROS, 2019).

Outro ponto destacado pela produção recente refere-se à formação dos profissionais envolvidos nos programas integrados. Estudos indicam que tanto educadores quanto agentes de segurança necessitam de formação continuada voltada à mediação de conflitos, aos direitos humanos e à atuação em contextos escolares. A ausência dessa formação tende a gerar conflitos institucionais, incompreensões de papéis e limitações na implementação das políticas (LOPES; ROSSATO, 2023).

Adicionalmente, a participação da comunidade escolar é apontada como fator decisivo para o sucesso das políticas integradas. O envolvimento de estudantes, famílias e gestores escolares contribui para a legitimação das ações, para a construção de respostas mais contextualizadas e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Programas que desconsideram essas vozes tendem a apresentar baixa adesão e resultados pouco sustentáveis (GOMES; OLIVEIRA, 2016).

Dessa forma, a análise comparada de programas nacionais e internacionais evidencia que a integração entre segurança pública e educação apresenta maior potencial de efetividade quando fundamentada em evidências empíricas, avaliações rigorosas, articulação intersetorial, formação adequada dos profissionais e participação ativa da comunidade escolar. A consolidação dessas políticas no Brasil depende não apenas da implementação de programas, mas do fortalecimento de processos avaliativos contínuos, da institucionalização das ações e da centralidade da escola como espaço de formação cidadã, contribuindo para a promoção de direitos, a prevenção da violência e a construção de ambientes escolares mais seguros, democráticos e socialmente sustentáveis.

3.3 PRÁTICAS EXITOSAS, LIMITAÇÕES E DESAFIOS OPERACIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS INTEGRADOS

A implementação de programas que articulam segurança pública e educação no Brasil tem revelado que a efetividade dessas iniciativas depende menos da sua formulação normativa e mais das condições institucionais, pedagógicas e operacionais que sustentam sua execução. Como já visto, a literatura nacional e internacional destaca que políticas públicas de prevenção da violência só produzem impactos consistentes quando conseguem dialogar com o cotidiano escolar, com as dinâmicas territoriais e com as desigualdades estruturais que atravessam os espaços educativos (Zaluar, 2015).

Nesse sentido, práticas consideradas exitosas tendem a compartilhar uma concepção ampliada de segurança, compreendida não apenas como controle da violência, mas como promoção de direitos, fortalecimento de vínculos sociais e ampliação das oportunidades educativas. Para Peralva (2017), políticas preventivas eficazes são aquelas capazes de articular educação, cidadania e proteção social, reconhecendo a escola como espaço estratégico de mediação de conflitos e construção de pertencimento social.

Ademais, estudos apontam que programas bem-sucedidos evitam a centralidade exclusiva das forças de segurança no ambiente escolar, priorizando ações pedagógicas, culturais e comunitárias. Pesquisas realizadas por Vinha e Tognetta (2009) indicam que iniciativas baseadas no diálogo, na escuta dos estudantes e na participação coletiva contribuem para a redução de tensões escolares e para a melhoria do clima institucional, ainda que seus efeitos não se expressem de forma imediata em indicadores criminais tradicionais.

Outro elemento recorrente nas experiências consideradas positivas refere-se à valorização do território e das especificidades locais. Segundo Cano (2017), políticas de prevenção da violência que ignoram as particularidades socioterritoriais tendem a fracassar, pois reproduzem modelos genéricos desconectados das realidades concretas das escolas e das comunidades. Dessa forma, programas integrados precisam ser flexíveis e sensíveis aos contextos em que são implementados. Entretanto, apesar dessas práticas promissoras, a literatura nacional evidencia limitações estruturais que comprometem a efetividade dos programas integrados. Uma das fragilidades mais recorrentes diz respeito à fragmentação institucional. Estudos de Saporì (2016) demonstram que a ausência de coordenação efetiva entre educação, segurança pública, assistência social e saúde gera sobreposição de ações, lacunas de atendimento e dificuldades de comunicação entre os órgãos envolvidos.

Associada a essa fragmentação, observa-se a descontinuidade das políticas públicas como obstáculo central. Muitos programas são interrompidos ou reformulados a cada mudança de gestão, sem que haja processos de institucionalização capazes de garantir sua continuidade. Para Costa (2023), essa instabilidade compromete o acúmulo de experiências, a consolidação de boas práticas e a produção de conhecimento avaliativo consistente.

Outro limite amplamente discutido refere-se à fragilidade dos processos de avaliação. A maioria dos programas de prevenção da violência carece de avaliações sistemáticas que permitam mensurar seus efeitos reais. A predominância de relatórios administrativos e diagnósticos descritivos dificulta a identificação de impactos, limites e potencialidades das ações implementadas. “O problema não residiria apenas na agenda da ciência política, mas também, ou principalmente, seria decorrente da própria incipiência das avaliações no país, que não geraria polêmicas capazes de pautar a agenda investigativa” (FARIA, 2005, p. 107).

Além disso, programas que priorizam a presença ostensiva de agentes de segurança no ambiente escolar tendem a enfrentar resistência por parte da comunidade educativa. Estudos conduzidos por Abramovay *et al.*, (2021) apontam que a associação excessiva entre escola e policiamento pode gerar sentimentos de vigilância permanente, afetando negativamente as relações pedagógicas e reforçando processos de estigmatização juvenil.

14

Outro desafio relevante diz respeito à formação dos profissionais envolvidos. Pesquisas indicam que tanto educadores quanto agentes de segurança frequentemente não recebem formação adequada para atuar em contextos escolares marcados por diversidade cultural, conflitos interpessoais e demandas socioemocionais. Para Tavares dos Santos e Barreira (2016), a ausência de formação continuada em direitos humanos, mediação de conflitos e práticas restaurativas limita significativamente o potencial preventivo das ações integradas.

Somam-se a isso as dificuldades relacionadas à definição de papéis institucionais. Estudos de Abramovay *et al.*, (2021) demonstram que a indefinição das atribuições entre escola, polícia e demais órgãos de proteção gera insegurança institucional e sobrecarga da escola, que acaba assumindo responsabilidades para as quais não dispõe de estrutura nem formação adequada.

Outro desafio central diz respeito à construção de políticas baseadas em evidências. Para Faria (2005), a incorporação de avaliações de impacto e de processo é condição essencial para o aprimoramento das políticas públicas, pois permite identificar o que funciona, em quais

contextos e sob quais condições. Sem esse suporte empírico, as políticas tendem a reproduzir soluções improvisadas e pouco eficazes.

Adicionalmente, a participação da comunidade escolar emerge como fator decisivo para o sucesso das ações integradas. Estudos de Abramovay *et al.*, (2021) indicam que o envolvimento de famílias, estudantes e gestores contribui para a legitimação das políticas e para a construção de respostas mais adequadas às realidades locais. A ausência dessa participação tende a gerar resistência e baixa sustentabilidade das iniciativas.

Outro aspecto amplamente discutido refere-se à necessidade de institucionalização das políticas. Programas integrados demandam marcos legais claros, financiamento contínuo e instâncias de coordenação intersetorial para evitar a dependência de vontades individuais ou conjunturas políticas específicas. Segundo Souza (2018), a institucionalização constitui condição fundamental para a consolidação de políticas preventivas de longo prazo.

Dessa forma, a análise das práticas exitosas, limitações e desafios operacionais evidencia que a integração entre segurança pública e educação no Brasil exige um esforço contínuo de articulação institucional, qualificação profissional e avaliação sistemática. Programas que conseguem superar esses desafios apresentam maior potencial para contribuir de forma consistente para a prevenção da violência escolar.

15

Conclui-se que a efetividade das políticas integradas depende da adoção de concepções ampliadas de segurança, centradas na educação, na cidadania e na promoção de direitos. O enfrentamento das limitações identificadas e a superação dos desafios operacionais constituem condições indispensáveis para a construção de ambientes escolares mais seguros, democráticos e socialmente comprometidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo são discutidos à luz do referencial teórico achado, considerando as contribuições dos principais autores que fundamentam a análise sobre a prevenção da violência no contexto da integração entre segurança pública e educação. O quadro 1 a seguir sintetiza as obras centrais utilizadas, permitindo evidenciar os eixos conceituais, metodológicos e analíticos que orientaram a interpretação dos dados e a discussão dos achados. Essa sistematização possibilita identificar convergências, divergências e complementaridades entre as abordagens, contribuindo para uma análise crítica e integrada dos resultados apresentados.

Quadro 1 – Autores e obras centrais que fundamentam o estudo sobre prevenção da violência

Título original da obra	Autores	Ano	Contribuição central para a elaboração do trabalho
Violências nas escolas	ABRAMOVAY, Miriam.	2015	Analisa a violência escolar como fenômeno social complexo, defendendo políticas preventivas baseadas em inclusão, mediação de conflitos e fortalecimento do papel educativo da escola.
Juventudes, educação e violências: interlocução, articulações e controvérsias	ABRAMOVAY, Miriam (org.).	2021	Discute as múltiplas relações entre juventude, educação e violência, enfatizando a escola como espaço estratégico de prevenção e promoção de direitos.
Quando a Polícia Militar vai à escola: uma avaliação de impacto do Programa Escola Segura	LOPES, Cleber; ROSSATO, Rafael.	2023	Avalia empiricamente o Programa Escola Segura, evidenciando limites de intervenções centradas apenas na presença policial no ambiente escolar.
Avaliabilidade do Programa Descolado na prevenção do uso de drogas no contexto escolar	OLIVEIRA, Marcela Paula Conceição de Andrade et al.	2023	Analisa a avaliabilidade como etapa fundamental para qualificar programas preventivos baseados em práticas pedagógicas críticas.
(Re)construção da resiliência socioecológica a partir da educação escolar: uma proposta de sistema de indicadores	OLIVEIRA, Maria Paula Pires de; VALDANHA NETO, Diógenes; FIGUEIREDO, Rodolfo Antônio de.	2024	Propõe indicadores educacionais para fortalecer a resiliência socioecológica e orientar ações preventivas no contexto escolar.
Como tem sido planejada a segurança pública no Brasil? Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança implantados no período pós-redemocratização	SPANIOL, Marlene Inês; MORAES JÚNIOR, Martin Cabeleira; RODRIGUES, Carlos Roberto Guimarães.	2020	Analisa fragilidades no planejamento e na avaliação das políticas nacionais de segurança pública, incluindo ações preventivas.
A política da avaliação de políticas públicas	FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de.	2005	Fundamenta teoricamente a avaliação como instrumento essencial para qualificar políticas públicas e orientar decisões governamentais.
Paradoxos da segurança cidadã	TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; BARREIRA, César (org.).	2016	Discute tensões entre controle, cidadania e prevenção, defendendo abordagens democráticas e intersetoriais de segurança.
Juventude e violência: novas demandas para a educação e a segurança públicas	SOUZA, Robson Sávio Reis; SOUZA, Ângela Maria Dias Nogueira.	2010	Analisa o papel da educação na prevenção da violência juvenil e na articulação com políticas de segurança pública.

Violência na escola: identificando pistas para a prevenção	NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza.	2003	Identifica fatores institucionais e relacionais da violência escolar, enfatizando estratégias preventivas no cotidiano da escola.
Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores	VINHA, Telma Pileggi; TOGNETTA, Luciene Regina Paulino.	2009	Defende a formação moral, a aprendizagem de valores e a mediação de conflitos como estratégias preventivas.
Políticas de segurança pública no Brasil sob o olhar da Economia do Crime: os casos do PRONASCI e Programa Escola da Família	CASTRO, Talita Egevardt de.	2019	Analisa políticas preventivas de segurança pública a partir da avaliação de impacto e da economia do crime.
A educação corporativa e as políticas públicas: influências e novos desafios para a formação do profissional de segurança pública	MELO, José Jailton Siqueira de; CARVALHO, Waldênia Leão de.	2019	Discute a formação profissional como elemento estratégico para a prevenção e qualificação da atuação em segurança pública.
Um debate sobre a institucionalização das políticas públicas no Brasil	SOUZA, Alexandre Augusto de.	s.d.	Analisa desafios da institucionalização, continuidade e avaliação das políticas públicas no Brasil.
Estudos da OCDE sobre competências: competências para o progresso social: o poder das competências socioemocionais	OCDE.	2015	Fundamenta a prevenção da violência no desenvolvimento de competências socioemocionais e educacionais.

Elaboração própria. 2026.

A análise do referencial teórico deste estudo evidencia um consenso importante entre os autores quanto à complexidade do fenômeno da violência e à insuficiência de abordagens isoladas ou exclusivamente repressivas para sua prevenção. De modo geral, os resultados indicam que a integração entre segurança pública e educação se apresenta como uma estratégia promissora, desde que estruturada a partir de fundamentos pedagógicos, participação social e processos avaliativos consistentes.

Nesse sentido, Abramovay (2015; 2021) e Njaine e Minayo (2003) concordam ao compreender a violência escolar como um fenômeno multidimensional, atravessado por fatores sociais, institucionais e relacionais. Para essas autoras, a escola não deve ser vista apenas como espaço onde a violência ocorre, mas como ambiente privilegiado para sua prevenção, por meio da construção de vínculos, da mediação de conflitos e da promoção de direitos.

Essa perspectiva dialoga com Souza e Souza (2010), que reforçam o papel da educação na proteção social de jovens expostos a contextos de vulnerabilidade. Diante disso, observa-se que

os resultados apontam para a centralidade da escola como espaço estratégico de prevenção primária, o que exige políticas que ultrapassem o controle disciplinar. Assim, torna-se necessário avançar para discussões que envolvam o papel das políticas públicas.

Ao analisar o campo das políticas públicas, Faria (2005) e Spaniol, Moraes Júnior e Rodrigues (2020) evidenciam que um dos principais desafios das iniciativas preventivas no Brasil reside na fragilidade dos processos de avaliação e na limitada incorporação de evidências empíricas na formulação das políticas. Esses autores apontam que, embora haja avanços discursivos na valorização da prevenção, persistem dificuldades na institucionalização de práticas avaliativas contínuas e democráticas. Castro (2019), ao discutir políticas como o PRONASCI, reforça essa crítica ao demonstrar que a ausência de avaliações sistemáticas compromete a mensuração de resultados e a sustentabilidade das ações. A partir dessas análises, os resultados sugerem que a efetividade das políticas integradas depende menos da quantidade de programas implementados e mais da qualidade de seus processos avaliativos, o que conduz à necessidade de discutir modelos concretos de integração entre segurança e educação.

No que se refere às estratégias de integração propriamente ditas, Lopes e Rossato (2023) oferecem uma contribuição importante ao avaliar empiricamente o Programa Escola Segura. Seus achados indicam que a presença permanente de agentes de segurança no ambiente escolar não produziu impactos significativos na redução da vitimização ou na percepção de segurança. Essa conclusão vai ao encontro das ideias críticas de Abramovay (2015), que alerta para os riscos de intervenções centradas na vigilância e no controle, as quais podem gerar efeitos simbólicos, mas pouco transformadores. Dessa forma, esses resultados reforçam a ideia de que estratégias baseadas predominantemente no policiamento escolar tendem a apresentar limitações quando não articuladas a práticas pedagógicas e ações comunitárias. Dessa forma, emerge a necessidade de analisar experiências que priorizam abordagens educativas e participativas.

Nessa direção, os estudos de Oliveira *et al.* (2023) sobre o Programa Descolado apresentam evidências de que ações fundamentadas na educação problematizadora e no desenvolvimento de habilidades de vida possuem maior aderência ao contexto escolar. Os autores demonstram que o protagonismo juvenil, a reflexão sobre projetos de vida e a construção de competências socioemocionais ampliam o potencial preventivo das ações. Essa perspectiva é corroborada nas análises de Vinha e Tognetta (2009), que defendem a formação moral e a aprendizagem de valores como elementos centrais na prevenção de conflitos. A partir disso, os resultados indicam que programas educativos críticos tendem a produzir efeitos mais

consistentes do que intervenções informativas ou repressivas, o que reforça a importância da dimensão pedagógica nas políticas integradas.

Outro aspecto recorrente na literatura diz respeito à articulação intersetorial. Oliveira, Dutra e Ludgero (2023) evidenciam que, embora a Polícia Militar seja frequentemente acionada como principal parceira das escolas, há fragilidades na relação com outros órgãos, como o Conselho Tutelar. Esse alinhamento institucional também é discutida por Tavares dos Santos e Barreira (2016), que apontam os paradoxos da segurança cidadã em contextos marcados por fragmentação das políticas públicas. Esses autores indicam que a ausência de corresponsabilidade entre os setores tende a sobrecarregar a escola e a limitar os resultados das ações preventivas. Assim, os achados sugerem que a integração efetiva exige coordenação institucional, definição clara de papéis e fluxos de comunicação estruturados.

Além disso, a formação dos profissionais envolvidos emerge como fator decisivo para o sucesso das políticas integradas. Melo e Carvalho (2019) destacam que tanto educadores quanto agentes de segurança necessitam de formação continuada voltada aos direitos humanos, à mediação de conflitos e à atuação em contextos escolares. Essa análise é corroborada por Lopes e Rossato (2023), ao indicarem que a ausência de preparo específico pode gerar tensões institucionais e comprometer a implementação dos programas. Dessa forma, os resultados apontam que a qualificação profissional constitui um eixo estruturante das políticas de prevenção, conectando-se diretamente à discussão sobre sustentabilidade das ações.

19

Por fim, os estudos analisados convergem ao indicar que programas de integração entre segurança pública e educação apresentam maior potencial de efetividade quando fundamentados em evidências empíricas, avaliações rigorosas, participação da comunidade escolar e fortalecimento das práticas educativas. Abramovay (2021) e Faria (2005) ressaltam que a consolidação dessas políticas depende da institucionalização de processos avaliativos contínuos, capazes de promover aprendizagem institucional e ajustes permanentes. Assim, pode-se concluir que a prevenção da violência no contexto escolar requer políticas integradas, democráticas e avaliadas de forma sistemática, reconhecendo a escola como espaço central de formação cidadã e promoção de direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar, à luz da produção acadêmica e institucional, estudos e programas que articulam segurança pública e educação, situando-os no campo tensionado entre ações de prevenção e estratégias de proteção frente à violência no contexto

escolar. Ao longo do trabalho, buscou-se compreender como essas políticas vêm sendo estruturadas, avaliadas e implementadas, bem como os sentidos atribuídos à escola no interior dessas iniciativas.

A metodologia adotada, de natureza qualitativa e fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental, mostrou-se adequada para alcançar os objetivos propostos, permitindo uma leitura crítica e integrada das diferentes abordagens teóricas e experiências analisadas. A análise de conteúdo possibilitou identificar padrões recorrentes, limites estruturais e potencialidades dos programas estudados, evidenciando como as escolhas metodológicas e conceituais influenciam diretamente seus resultados e impactos.

Os principais resultados indicam que a articulação entre segurança pública e educação assume configurações distintas, ora mais orientadas à proteção e ao controle, ora voltadas à prevenção e à promoção de direitos. As evidências analisadas revelam que programas centrados predominantemente na vigilância e na presença de agentes de segurança no espaço escolar tendem a produzir efeitos limitados, sobretudo quando desarticulados de práticas pedagógicas, ações comunitárias e processos formativos. Em contrapartida, iniciativas que valorizam a dimensão educativa, o fortalecimento de vínculos, o protagonismo juvenil e o desenvolvimento de competências socioemocionais demonstram maior potencial preventivo e maior aderência ao cotidiano escolar.

20

A principal contribuição deste estudo para a área de conhecimento reside na problematização crítica da dicotomia entre prevenção e proteção, demonstrando que políticas eficazes não se sustentam em ações isoladas, mas na integração equilibrada entre estratégias educativas, institucionais e intersetoriais. Ao sistematizar estudos e programas sob essa perspectiva, o trabalho reforça a centralidade da escola como espaço de formação cidadã e destaca a importância da avaliação contínua como instrumento de qualificação das políticas públicas.

Como pontos fortes, destaca-se a articulação entre diferentes campos do conhecimento e a análise comparada de programas, o que amplia a compreensão sobre os desafios e possibilidades da integração entre segurança pública e educação. Como limitação, reconhece-se que a pesquisa se baseou exclusivamente em fontes secundárias, não contemplando análises empíricas diretas. Nesse sentido, sugere-se que estudos futuros avancem na realização de pesquisas de campo, avaliações de impacto e análises longitudinais, capazes de aprofundar a

compreensão sobre os efeitos concretos dessas políticas em diferentes realidades, contribuindo para o aprimoramento das estratégias de prevenção e proteção no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. Violências nas escolas. 2. ed. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2021.

ABRAMOVAY, Miriam et al. Os caminhos da pesquisa em Violência nas Escolas: Entrevista com Miriam Abramovay. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 230-244, ago./set. 2018.

ABRAMOVAY, Miriam et al. (org.). Juventudes, educação e violências: interlocução, articulações e controvérsias. Brasília, DF: FLACSO Brasil, 2021.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; BARROS, Ricardo Paes de. Juventude, escola e prevenção da violência. São Paulo: Cortez, 2019.

CASTRO, Talita Egevardt de. Políticas de segurança pública no Brasil sob o olhar da economia do crime: os casos do PRONASCI e Programa Escola da Família. 2019. Tese (Doutorado em Ciências – Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2019.

CANO, Inácio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e seus limites. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, n. 24, v. 14, pág. 78-95, 2017.

21

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Segurança pública, redes e governança. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023. 304 p.

Centro para Inovação em Justiça. Programas e práticas para prevenir a violência escolar e melhorar a segurança nas escolas. Chicago: Autoridade de Informação sobre Justiça Criminal de Illinois, 2020. Disponível em: <https://icjia.illinois.gov/researchhub/articles/programs-and-practices-to-prevent-school-violence-and-improve-school-safety>. Acesso em: 11 de janeiro de 2026.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005.

GOMES, Candido Alberto; OLIVEIRA, João Ferreira de. Escola, juventude e violência: desafios para as políticas públicas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 46, n. 160, p. 938-957, 2016.

LOPES, Cleber; ROSSATO, Rafael. Quando a Polícia Militar vai à escola: uma avaliação de impacto do programa Escola Segura. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 49, e248317, 2023.

MELO, José Jailton Siqueira de; CARVALHO, Waldenia Leão de. A educação corporativa e as políticas públicas: influências e novos desafios para a formação do profissional de segurança pública. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 35, e203643, 2019.

NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 7, n. 13, p. 119–134, ago. 2003.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Estudos da OCDE sobre competências: competências para o progresso social – o poder das competências socioemocionais. São Paulo: Fundação Santillana, 2015.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de; DUTRA, Natália Marcelino; LUDGERO, Laura Figueiredo. Temos projetos e temos polícia: a visão dos diretores sobre as estratégias de prevenção à violência em contexto escolar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 104, 2023.

OLIVEIRA, Maria Paula Pires de; VALDANHA NETO, Diógenes; FIGUEIREDO, Rodolfo Antônio de. (Re)construção da resiliência socioecológica a partir da educação escolar: uma proposta de sistema de indicadores. *Ambiente Soc.* São Paulo, v. 27, 2024.

OLIVEIRA, Marcela Paula Conceição de Andrade; GONTIJO, Daniela Tavares; SCHNEIDER, Daniela Ribeiro; SAMICO, Isabella Chagas. Avaliabilidade do Programa Descolado na prevenção do uso de drogas no contexto escolar. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 136, p. 68–82, jan./mar. 2023.

OESTERLE, Sabrina; KUKLINSKI, Margaret R.; HAWKINS, J. David; SKINNER, Meredith L.; GUTTMANNOVA, Katarina; RHEW, Isaac C. Long-term effects of the Communities That Care trial on substance use, antisocial behavior, and violence through age 21 years. *American Journal of Public Health*, Washington, v. 108, n. 5, p. 659–665, maio 2018. DOI: <https://doi.org/10.2105/AJPH.2018.304320>.

22

PERALVA, Angelina. Violência e escola: sentidos e desafios. São Paulo: Cortez, 2017. 192 p.

SAPORI, Luís Flávio. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2016

SOUZA, Alexandre Augusto de. Um debate sobre a institucionalização das políticas públicas no Brasil. 2018. In: VCEDUCE. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2018/TRABALHO_EVIII_MDI_S_A9_ID295_24022018095947.pdf. Acesso em: 11 jan, 2026.

SOUZA, Robson Sávio Reis; SOUZA, Ângela Maria Dias Nogueira. Juventude e violência: novas demandas para a educação e a segurança públicas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 4, n. 6, fev./mar. 2010.

SILVA, Luciana Maria da; RIBEIRO, Carla Cristina; TEIXEIRA, Marco Aurélio. Políticas intersetoriais e prevenção da violência escolar. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, v. 36, n. 2, p. 421–440, 2020.

SPANIOL, Marlene Inês; MORAES JÚNIOR, Martim Cabeleira; RODRIGUES, Carlos Roberto Guimarães. Como tem sido planejada a segurança pública no Brasil? Análise dos planos e programas nacionais de segurança implantados no período pós-redemocratização. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 100–127, set. 2020.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; BARREIRA, César (org.). *Paradoxos da segurança cidadã*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. 496 p.

UNESCO. *Por trás dos números: o fim da violência e do bullying nas escolas*. Paris: UNESCO, 2019.

VINHA, Telma Pileggi; TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525–540, set./dez. 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Preventing violence: a global status report on violence prevention*. Geneva: WHO, 2014.

ZALUAR, Alba. *Violência, cultura e poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.